

Coluna do Castelo

Eles já se elegiam na década de 40

Enquanto o presidente da República, por mobilização conduzida por ele mesmo e pelos ministros engajados no seu projeto político, leva a Assembléia Nacional Constituinte a um novo risco, o de votar a antecipação da escolha entre sistemas de governo e a duração do seu mandato, sob a alegação de que a demanda na solução desses temas perturba a governabilidade e o desenvolvimento do país, sua sucessão, seja este ano, seja no próximo, vai sendo posta de maneira crescentemente concreta.

Já se conhecem duas candidaturas irreversíveis, as dos srs Leonel Brizola, representante do populismo dos anos 40 e 50, e Luiz Inácio da Silva, o Lula, que emerge da sua posição obreirista com um discurso moralizante (para ele, segundo diz na TV, a questão moral supera as demais que estão em debate, reproduzindo-se assim uma postura identificada com a pessoa de Carlos Lacerda naquelas duas referidas décadas). Os discursos fazem retroagir a política brasileira à luta entre getulismo e seus herdeiros, de um lado, e o moralismo de classe média que foi o tema furioso da banda de música da UDN, que não se pejava de ser acusada de "UDN da infâmia e da calúnia".

Mas não é só na temática, que igualmente se reflete com maior seriedade ideológica na Constituinte, que a campanha em preparo ameaça tornar-se um retorno não propriamente aos "quadros constitucionais vigentes" mas à luta entre o pragmatismo amoralista dos que tiveram como quinhão de poder a Previdência Social e os que sustentavam a tese de que o PTB aprofundava a tradição de Getúlio que, se teria sido o pai dos pobres, seria ao mesmo tempo a mãe dos ricos. Esse debate como que desaparecera sob os governos militares sem que refluísse de todo o populismo e muito menos o amoralismo na administração pública, que permitiu a floração de inéditas corrupções na montagem dos negócios sob patrocínio do Estado paternalista.

Também no outro lado da disputa, além do jovem Lula que até na idade lembra o precursor Carlos Lacerda, a sucessão tende a situar-se numa faixa etária que nos devolve aos anos 40. O ex-governador Brizola, aos 66 anos, é o benjamim de uma *troupe* que inclui Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Jânio Quadros e Miguel Arraes. Naquela década, em que caiu a ditadura, os quatro setentões de hoje tinham lugar na vida pública. Jânio elegeu-se vereador e deputado estadual em São Paulo, Ulysses e Montoro deputados estaduais e Miguel Arraes era secretário da Fazenda do governo Barbosa Lima Sobrinho. Brizola na mesma época já era deputado estadual no Rio Grande.



Os quatro da lista dos 70 estão numa faixa de risco e deles o mais venerando seria Franco Montoro, com 72 a 73. Jânio e Ulysses estão nos 71 e Arraes nos 70. É natural que se estranhe, entre os quatro, apenas a presença na disputa — presença contestada pelo próprio, o que está na linha da sua tradição — do atual prefeito de São Paulo. Embora durante a transição tenha disputado duas eleições, a de governador do seu estado e a de prefeito da capital, é costume entender-se que não deve pleitear a Presidência quem a ela renunciou aos 43 anos de idade depois de menos de sete meses de exercício do governo. Mas as eleições que ocorreram depois disso demonstraram sua obstinação em permanecer na vida pública e em desempenhar funções das quais outrora se desincumbiu com eficiência, a mesma eficiência que estaria demonstrando outra vez na Prefeitura de São Paulo, na qual o segue obstinada mobilização de velhos e novos adversários.

O mais velho, sr Franco Montoro, é um contumaz ganhador de eleições, embora de escasso poder de articulação política. O governo de São Paulo não foi para ele uma experiência negativa assim como sua rápida passagem pelo Ministério do Trabalho. O governador Miguel Arraes foi um bom prefeito do Recife e teve seu primeiro mandato de governador sustado por um ato de violência. O eleitorado o resgatou e ele voltou ao Palácio das Princesas mais sofrido e experiente. O sr Ulysses Guimarães, com uma rápida passagem pelo Ministério da Indústria e do Comércio, tem sido toda a vida um parlamentar, curtido no exercício da negociação política que lhe foi promissora quando sonhava em suceder o governador Lucas Garcez. Mas já em 1956 presidia ele a Câmara dos Deputados.

A sucessão do presidente José Sarney não se situa, portanto, numa faixa de renovação esperada desde a eleição do venerando Tancredo Neves, cujas aspirações haviam sido retardadas pelo regime militar, que se preparou para fazer dele o presidente da transição numa aliança do frustrado PP com o PDS. A obtusidade dos conselheiros do presidente Figueiredo interrompeu o processo e fez emergir o nome do governador de Minas de uma compatibilização com o PMDB, ao qual retornara depois da truncada evasão. Há, é claro, aspirantes mais novos, como os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e o ministro Aureliano Chaves, todos rondando a idade do atual presidente. Mas não se descortina no horizonte aglutinação de forças capaz de superar os sobreviventes das lutas de 40 e 50. Há lideranças sectarizadas ou pouco ajustadas às forças que ainda controlam o processo político brasileiro.

A renovação deveria vir pela Constituição — o que parece improvável — mas terá de vir pela ação dos anciãos que seguram ainda a faixa da transição e podem eventualmente acumular ancianidade e esperança.

Carlos Castello Branco